A economia solidária é feminina? A Política Nacional de Economia Solidária sob o olhar de gênero / *Is Solidarity Economy a woman thing? The National Policy on Social Economy in the perspective of the gender*

Priscilla Maia de Andrade*

Resumo: O artigo procura analisar, à luz do marco conceitual das relações de gênero, a Política Nacional de Economia Solidária, implementada pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) do Ministério do Trabalho e Emprego. Considerando que a Economia Solidária assume entre seus princípios a eqüidade de gênero e que, para alguns autores, o campo da economia solidária é um espaço feminino pela grande incidência de mulheres, o artigo verifica se as políticas públicas federais, no campo da economia solidária, possuem enfoque de gênero. A análise centrou-se em estudos de natureza teórico-conceitual para avaliar em que medida as ações governamentais de âmbito federal tem incorporado a transversalidade de gênero. Dentre os resultados, verifica-se que é preciso sensibilizar os atores públicos e adotar outros instrumentos capazes de transversalizar a questão de gênero na política de economia solidária, superando o mero uso da linguagem inclusiva e de jargões como "combater as desigualdades de gênero" nos documentos oficiais.

Palavras-chave: transversalidade de gênero, políticas públicas, Economia Solidária, Senaes.

* Assistente Social e Mestre em Política Social pela Universidade de Brasília (UnB), assessora técnica do Departamento de Proteção Social Básica da Secretaria Nacional de Assistencial Social do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), professora do curso de Serviço Social da Faculdade Unisaber, em Ceilândia, no Distrito Federal. *E-mail:* cillamaia@yahoo.com.br; priscilla.maia@mds.gov.br

O presente artigo é parte da dissertação de mestrado de mesmo título apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade de Brasília, em 2007.

Abstract: The article tries to analyse, with the conceptual framework of relations of gender, the National Policy on Solidarity Economy, implemented by the National Secretariat on Solidarity Economy (SENAES) of the Ministry of Labor and Employment. The Solidarity Economy takes gender equity as its principles and to some authors the field of Solidarity Economy is a feminine space, because of the high numbers of women. The article notes that the federal public policies in the field of Solidarity Economy have a gender focus. The analysis focused on studies of theoretical and conceptual nature to assess to what extent the actions of the federal government has incorporated the gender mainstreaming. Among the results, it appears that we need to sensitize the public actors and adopt other instruments capable of mainstreaming the issue of gender in political social economy, overcoming the mere use of inclusive language and jargon as "combat inequality of gender" in official documents.

Keywords: gender mainstreaming, public policy, Social Economics, Senaes.

Introdução

O presente artigo procura analisar, à luz do marco conceitual das relações de gênero, o desenvolvimento da Política Nacional de Economia Solidária, implementada pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) criada pelo Governo Federal no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Considerando que a Economia Solidária assume, entre seus princípios, a agenda e as reivindicações das lutas das mulheres em direção à equidade de gênero, o interesse principal é o de verificar como a promoção da igualdade de gênero encontra tradução nas políticas efetivadas pelo Estado para fomentar os empreendimentos e/ou a educação dos trabalhadores e trabalhadoras envolvidos no campo da economia solidária.

O interesse em analisar uma política desse campo deveu-se ao fato de que a economia solidária tem por princípio a eqüidade de gênero e se propõe a democratizar as relações de trabalho e

de propriedade, possibilitando novas formas de relações sociais. A partir desse pressuposto, buscou-se analisar como essa nova forma de se pensar a produção tem contemplado as especificidades e demandas das trabalhadoras inseridas no campo da economia solidária.

Soma-se a isso o fato de que, para alguns autores da área, o campo da economia solidária é um espaço de mulheres. Não é raro ouvir a afirmação de que "a economia solidária é feminina". Com a conquista da Senaes/MTE pelo movimento da economia solidária, abriu-se a possibilidade de apreender como o princípio da igualdade de gênero se materializa nas políticas de economia solidária, ou seja, de se verificar como a Política Nacional de Economia Solidária é construída sob a perspectiva de gênero. Dessa forma, procura-se verificar como a economia solidária está considerando as especificidades e demandas das mulheres e quais têm sido suas ações com vistas à eqüidade de gênero no mercado de trabalho.

A escolha desse objeto deve-se, ainda, à constatação de que as políticas públicas concebidas e executadas sem a adoção da perspectiva de gênero reproduzem desigualdades no acesso a bens e serviços públicos e aos espaços de decisão política (Elson *et al.*, 2002), impedindo a transformação e a concretização do princípio constitucional da igualdade.

A análise de uma política na área do trabalho, para além da implicação direta com o tema, deve-se ao fato de essa área constituir espaço privilegiado de socialização das riquezas produzidas, com impactos imediatos na qualidade de vida por atingir uma grande parcela da população. Além disso, consideramos que o trabalho permanece como uma das principais fontes de reconhecimento social, no qual a situação das mulheres continua apresentando os piores indicadores sociais (Pinheiro, 2006, Pnad, 2006). Desse modo, o trabalho é apreendido aqui como fator constitutivo do ser social, apesar do capitalismo o perverter em mera mercadoria, fato ainda mais cruel para as mulheres (Antunes, 2003).

A escolha das políticas públicas de economia solidária deve-se especialmente ao fato de que esse novo campo social propõe mudanças de qualidade das condições e relações de trabalho, por meio do cumprimento de padrões sociais, ecológicos, políticos e tecnológicos mais justos e igualitários, entre eles a eqüidade de gênero, do que as relações sociais de produção tipicamente capitalistas (Faria, 2005), bem como uma importante resposta à precarização do trabalho e à informalidade (Souza, 2003).

A análise centrou-se no desenvolvimento de estudos de natureza teórico-conceitual para analisar em que medida as ações governamentais de âmbito federal tem incorporado o enfoque de gênero. Para tanto, foram utilizados o estudo bibliográfico, o levantamento e análise de informações e documentos.[1] E com intuito de sanar as dúvidas oriundas do estudo bibliográfico, foram realizadas entrevistas com alguns representantes da Senaes.

Para os fins deste estudo, a política de economia solidária foi dividida em duas grandes áreas: i) desenvolvimento da política de Economia Solidária; e ii) formação/qualificação e fomento às ações do campo da Economia Solidária.

As três grandes categorias utilizadas para embasar a investigação foram:

a) gênero, como categoria analítica central para o entendimento das relações de poder de uma sociedade;

b) trabalho, categoria fundamental na compreensão do mundo contemporâneo; e

[1] Constituíram as principais fontes primárias analisadas sob o olhar de gênero: o Plano Plurianual (PPA) 2004-2007, o texto-base e os Anais da 1ª Conferência Nacional de Economia Solidária, relatórios e atas de reuniões do Conselho Nacional de Economia Solidária, dados do Sistema de Informações de Economia Solidária, o Termo de Referência em Economia Solidária do Plano Nacional de Qualificação do Ministério do Trabalho e Emprego, o relatório da 1ª Oficina Nacional de Formação/Educação em Economia Solidária, o Relatório de Acompanhamento do Programa Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (Proninc), os relatórios dos Agentes de Desenvolvimento do Programa de Promoção do Desenvolvimento Local e Economia Solidária e as publicações e documentos do Projeto de Apoio a Empresas Recuperadas pelos Trabalhadores em Autogestão.

c) economia solidária, modelo de produção, comercialização e consumo idealizado para enfrentar a degradação imposta pelo capital.

Gênero, trabalho e Economia Solidária: algumas aproximações conceituais

Gênero

O termo gênero faz referência às estruturas sociais, culturais ou psicológicas impostas pelas diferenças biológicas determinadas pelo sexo (Shapiro, 1989). Ou seja, gênero é a construção social da feminilidade e da masculinidade, é o sexo significado (Scott, 1990). Saffioti (1992), e nessa perspectiva, aponta que a ideologia da subordinação intrínseca das mulheres tem origem na sua vinculação com a natureza, com o "inquestionável". Dessa forma, todos os processos de socialização reforçam estereótipos e preconceitos ligados ao feminino, tendo por justificativa a determinação biológica. É esse o caminho que transforma, com aparente naturalidade, a diferença biológica em desigualdade social.

A categoria gênero constitui, dessa forma, um conjunto de características sociais, culturais, políticas, psicológicas, jurídicas e econômicas atribuídas às pessoas, de forma diferenciada, de acordo com o sexo, que busca apreender as diferenças e desigualdades entre homens e mulheres por razões sociais e culturais. Estas diferenças se manifestam nos papéis que cada um desempenha na sociedade. Assim, ser homem ou ser mulher é mais do que ter um sexo biológico: é ter um lugar na sociedade, um papel cultural. Em todas as sociedades, existem diferenças de gênero, embora essas diferenças não sejam as mesmas em todas as épocas e culturas. O fato de ocorrerem variações prova que os papéis de gênero não são determinados pela biologia e podem ser transformados (Saffioti, 1992).

Gênero é, então, uma construção, baseada na atribuição de papéis e nas relações entre mulheres e homens, que não são determinados pelo sexo, mas pelo contexto social, político e econômico em que as pessoas crescem, são educadas e trabalham. O questionamento da percepção tradicional acerca da relação entre natureza e cultura foi utilizada nesse contexto para desmascarar a hipótese do determinismo biológico na explicação da desigualdade social e política. Reconhece-se, assim, que a diversidade dos comportamentos sociais ultrapassa as diferenças biológicas, pois a satisfação das necessidades mais elementares de sobrevivência dos seres humanos determina-se por construções sociais (Suaréz, 1999).

Para Carloto (2007), a construção do conceito de gênero traduz um manifesto à desigual distribuição de responsabilidades na produção social da existência, ao reconhecer que o lugar socialmente atribuído a cada um está sujeito ao seu sexo e raça, entre outras variáveis de base biológica, reconhece-se uma dimensão das desigualdades – que têm como alicerces construções sociais, até então absorvidas seja pela dimensão meramente econômica, seja pelas teorias das classes ou da estratificação social.

Tal mudança de foco na compreensão das desigualdades, com a introdução do conceito de gênero, é compreendida por alguns autores como a mais expressiva ruptura epistemológica das ciências sociais nas duas últimas décadas (Harding, 1996). Nessa perspectiva, o conceito de gênero, ao remeter à instabilidade das relações entre homens e mulheres, abarca um maior grau de generalidade e compreensão das relações de poder estabelecidas na sociedade do que o conceito de patriarcado,[2] uma vez que

[2] O conceito de patriarcado alude a um modo de organização social ou de dominação social, classicamente conceituada, segundo Weber (1964, p.184), como: "situação na qual, dentro de uma associação, na maioria das vezes fundamentalmente econômica e familiar, a dominação é exercida (normalmente) por uma só pessoa, de acordo com determinadas regras hereditárias fixa". Segundo Machado (2000), a autoridade familiar e doméstica, fundante do patriarcado, parte do pressuposto de que há uma determinada divisão sexual considerada "normal" e a uma autoridade doméstica fundada na "piedade" referindo-se às "antiquíssimas situações naturais". Nessa perspectiva, ela é percebida como uma "situação natural" e "normal", que explica sua credibilidade e legitimidade.

este enfatiza a existência de uma estrutura fixa que aponta para o exercício e presença da dominação masculina (Machado, 2000).

O conceito de gênero tem sido interpretado sob formas distintas por diferentes correntes do feminismo. O uso, ainda hoje, mais freqüente do conceito é o proposto pelo feminismo da diferença. Segundo a teoria da diferença, o conceito de gênero remete a traços culturais femininos (ou masculinos) construídos socialmente sobre base biológica, a partir da dicotomia natureza/cultura discutida anteriormente. Nessa concepção, a diferença é concebida como categoria central de análise, e as diferenças entre homens e mulheres são enfatizadas, estabelecendo-se uma polarização entre masculino e feminino, produção e reprodução, público e privado. Para a teoria da diferença, o poder concentra-se na esfera pública, residindo nessa polaridade a origem da subordinação das mulheres.

Gênero, portanto, é também uma categoria analítica que apreende e explica socialmente a diferença sexual, é o conhecimento que estabelece significados para diferenças corporais (Scott, 1990). Nessa perspectiva, o conceito é utilizado para dar significado, descrever e distinguir as categorias sociais mulher e homem, bem como para estudar as relações estabelecidas entre eles. O termo "relações de gênero" emerge, assim, a partir do uso analítico do conceito. A adoção da categoria analítica de gênero faz emergir as análises de gênero constituídas por processos teóricos/práticos que permitem analisar diferencialmente, entre homens e mulheres, os papéis, as responsabilidades, os conhecimentos, o acesso, uso e controle sobre os recursos, os problemas e as necessidades, prioridades e oportunidades. A análise de gênero implica o estudo das formas de organização e funcionamento das sociedades, bem como a análise das relações sociais. Essa análise descreve as estruturas de subordinação existentes entre os gêneros, considerando e comparando o papel da mulher em relação ao homem e vice-versa, com vistas ao desenvolvimento equânime.

Uma das principais especificidades das análises/estudos de gênero refere-se à proposta de modelos interpretativos que tragam à tona a condição diferenciada de homens e mulheres na sociedade, revelando-se, assim, a premissa de que os processos e as relações sociais estão estruturados a partir das hierarquias entre os sexos masculino e feminino (Costa, 2003).

Todavia, é imprescindível considerar que as desigualdades de gênero se articulam com as desigualdades étnicas e raciais, de classe, de geração, entre outras, complexificando as estruturas sociais moldadas a partir da diferenciação dos atores sociais e aumentando as distâncias entre eles. Assim, a desigualdade de gênero, apesar de possuir dinâmica própria, articula-se com outras estruturas de desigualdade.

Por fim, destaca-se que o afastamento do conceito de gênero do sexo biológico conseguiu assentar mulheres e homens em um mesmo patamar de humanidade e, por isso, alocá-las como sujeito universal de diretos (Suárez,1999).

Trabalho

Além de ser o primeiro e mais importante ato histórico de homens e mulheres, o trabalho constitui importante fator para diferenciar os seres humanos dos demais seres. Somente o trabalho humano é executado por meio do fazer consciente. Exclusivamente o produto do trabalho humano é projetado na mente de seu produtor (Marx, 1988, p. 202). O trabalho, considerado atividade central na vida e na história da humanidade, constitui categoria central para a compreensão da reprodução da vida social e das relações sociais na contemporaneidade, pois além de responder às necessidades dos seres humanos, em qualquer forma social, é força motriz da sociedade capitalista, uma vez que é considerado criador de valor das mercadorias e instrumento de valorização e materialização da força do capital.

Nessa perspectiva, as transformações contemporâneas no mundo do trabalho são processos desencadeados pelo sistema

capitalista com o objetivo de atender ao imperativo de acumulação. Nessa perspectiva, o trabalho tem rompido o seu sentido mais fundamental – o de realização do ser humano, assumindo a forma de trabalho alienado, fetichizado. Para o capital, a força de trabalho é mera mercadoria, cujo escopo é produzir novas mercadorias e dar valor ao capital. Todavia, o trabalho na contemporaneidade conserva sua centralidade na sociedade, estruturando as relações sociais, apesar dos efeitos da reestruturação produtiva nas condições de reprodução social dos trabalhadores, tais como a redução de postos de trabalho e o aumento do exército de reserva (Silva, 2006).

Ao discutir a centralidade da categoria trabalho, Hannah Arendt (2005), afirma que é por meio do trabalho que, segundo apreensão da autora, pode ser classificado como "labor, trabalho e ação", que o homem converte o mundo num espaço de objetos partilhados pela humanidade:

> ... labor, trabalho e ação. Trata-se de atividades fundamentais porque a cada uma delas corresponde uma das condições básicas mediante as quais a vida foi dada ao homem na Terra (Arendt, 2005, p. 15).

Assim, é indiscutível a importância da compreensão do trabalho e das repercussões de suas mutações no decorrer do tempo para a análise das interações entre a humanidade, a natureza e a sociedade. Ao conceituar trabalho diante das novas realidades do mundo contemporâneo, Hannah Arendt (2005) repensa a distinção grega entre *labor*, *trabalho* e *ação*. Labor é aquele trabalho do corpo do homem pela sobrevivência, caracterizado por uma certa passividade e submissão aos ritmos da natureza. O labor é, dessa forma, a atividade relacionada a necessidade do processo biológico de manutenção da vida. Como essa atividade é compartilhada com os animais, é qualificada como *animal laborans*. O trabalho propriamente dito (*poiesis*) é o fazer, a fabricação, a criação de um produto pela mão humana que maneja instrumentos que a imitam.

A humanidade, por meio do trabalho, extraí recursos da natureza e transforma o mundo em um lugar de com-partilhamento de objetos entre os seres humanos. O espaço humano é, por esse motivo, distinto de qualquer outro ambiente. É um lugar que, ao ser cercado de objetos produzidos por homens e mulheres, propõe uma separação da natureza do ser humano ao mesmo tempo em que une e separa os seres humanos entre si.

Já a ação – a *práxis* – diz respeito ao domínio da vida ativa onde o instrumento usado pelos seres humanos é o discurso, a sua própria palavra. A ação configura a única atividade dos seres humanos entre si sem a mediação de qualquer tipo de objeto. Traz à tona a condição humana de pluralidade. Para Hannah Arendt todos os aspectos da condição humana têm alguma relação com a política, mas essa pluralidade é designadamente a condição de toda vida política. A ação, nesse sentido, é uma das categorias fundamentais para a emancipação humana e representa não só o alcance da autonomia, enquanto capacidade de conduzir o próprio destino, como também a expressão da singularidade individual. Nessa direção, a busca por uma vida plena de sentido, pois dotada de autenticidade, encontra no trabalho o seu *locus* primeiro de realização (Antunes, 2003), pois, é por meio do trabalho que os seres humanos constroem sua identidade como gênero humano.

Hannah Arendt (2005) julga ver no mundo contemporâneo a redução de todo o trabalho ao nível de labor, de esforço rotineiro e cansativo com o único objetivo da sobrevivência. Estaria ocorrendo uma laborização do mundo, do trabalho como *poiesis*, bem mais do que a elevação do trabalho produtivo ao plano da *práxis* pela politização da vida operária, pois as pessoas estão cada vez mais trabalhando como máquinas, com vistas a uma crescente demanda pela geração de mais-valia, reduzindo assim, o âmbito da *práxis*, da palavra, do debate, da ocupação da esfera política. Isso ocorre devido à alienação objetiva do homem, do produto e do processo de seu trabalho, consequência da organização legal do capitalismo moderno, dos efeitos da reestruturação produtiva

e da divisão social do trabalho. Sob esse sistema de metabolismo social do capital, o trabalho desestrutura o ser social.

Como resposta a esse quadro, Antunes (2003) ressalta que é imperioso se pensar em um novo sistema de metabolismo social, cujo modelo de produção seja fundado na realização do trabalho socialmente necessário em detrimento da produção destinada à reprodução do capital. Assim, em outra forma de sociabilidade, o trabalho, ao reestruturar o ser social, desestrutura o capital. E, a partir da noção de centralidade do trabalho como categoria analítica essencial para o entendimento do ser social e das relações sociais na contemporaneidade, entendemos que o sentido dado ao ato laborativo pelo capital é o oposto do sentido que a humanidade pode conferir a ele.

Economia Solidária

O conceito de economia solidária abrange as atividades econômicas estabelecidas sob o paradigma da autogestão, expressa pelo comando dos trabalhadores organizados, de forma associada ou cooperativada, de todo o processo de gestão de um empreendimento, seja produção, consumo, poupança, crédito e distribuição de mercadorias ou serviços. A economia solidária emerge como uma forma de economia que vem responder à crise da sociedade salarial, revisitando os valores da solidariedade e da reciprocidade como bases da produção e reprodução dos laços societais. Dessa forma, a economia solidária pressupõe enfoque diferenciado da economia meramente mercantil, demandando o reconhecimento do espaço econômico como intrinsecamente social e histórico, por meio da ação econômica regida pelo princípio da solidariedade.

A economia solidária pretende trazer à tona uma nova ética social, que tem por pressupostos a ampliação do espaço democrático, a possibilidade de subordinação das questões econômicas às questões sociais e a restauração dos laços sociais. Nessa direção, a economia solidária é caracterizada, neste estudo,

com uma forma de economia que estabelece relações com o Estado, mas com objetivos e princípios antagônicos aos do mercado, baseado na competição, no individualismo e na busca do lucro máximo. Sendo assim, não se constitui como um setor à parte, ou terceiro setor.

A economia solidária, nesse entendimento, seria uma junção de alguns princípios econômicos diversos, possível a partir do reconhecimento do pluralismo das formas econômicas, que faz interagir a lógica mercantil com outros instrumentos, cujo foco é a ação coletiva, nos marcos reciprocitário, associativo e solidário. A partir desses pressupostos, pode-se afirmar que a economia solidária pode reconduzir a análise do trabalho não somente como gerador de mercadorias, mas, sobretudo, de sociabilidade e identidades sociais reconhecidas positivamente.

São constitutivos do modelo econômico solidário, dessa forma, a cooperação, a autogestão e a solidariedade. A cooperação ocorre por meio da união dos esforços e capacidades em torno de metas comuns, da apropriação coletiva dos meios de produção, da divisão igualitária dos bens e dos ônus resultantes da produção. A autogestão é a gestão compartilhada entre os trabalhadores associados dos empreendimentos. Nessa perspectiva, os apoios externos, de assistência técnica e gerencial, de capacitação e assessoria, não substituem nem impedem o protagonismo dos trabalhadores. Já a solidariedade se expressa na justa distribuição dos resultados alcançados; nas oportunidades que levam ao desenvolvimento de capacidades e da melhoria das condições de vida dos participantes; nas relações que se estabelecem com o meio ambiente, expressando o compromisso com um meio ambiente saudável; nas relações que se estabelecem com a comunidade local; na participação ativa nos processos de desenvolvimento sustentável de base territorial, regional e nacional; nas relações com os outros movimentos sociais e populares de caráter emancipatório; na preocupação com o bem-estar dos trabalhadores e consumidores; e no respeito aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras (MTE, 2006).

Os empreendimentos econômicos solidários são organizações coletivas (associações, cooperativas, empresas recuperadas pelos trabalhadores, grupos de produção, clubes de troca etc.), cujos trabalhadores associados, urbanos e/ou rurais, cooperam em todos os âmbitos, para o seu funcionamento. Os empreendimentos econômicos solidários podem realizar suas atividades econômicas em vários campos, desde a produção de bens, a prestação de serviços, fundos de crédito (incluindo as cooperativas de crédito e os fundos rotativos populares administrados pelos próprios trabalhadores), a comercialização (compra, venda e troca de insumos, produtos e serviços) e o consumo solidário.

Segundo Singer (2003), a economia solidária constitui um modo de produção alternativo ao capitalismo, criado e recriado pelos que estão (ou temem ficar) à margem do mercado de trabalho. E por ser assim caracterizado é compreendido como um processo contínuo, de luta contra a força do capital. Dessa forma, o germe da economia solidária acompanha como um espectro o desenvolvimento do capitalismo, que não consegue evitar o desenvolvimento de outros modos de produção, pois sua lógica não permite universalizar a inclusão de todos os trabalhadores.

Sob uma perspectiva emancipatória, a economia solidária emerge como uma opção social, econômica e político-ideológica em resposta à competição individual e à primazia do capital sobre o trabalho. Ambiciona-se a emancipação social onde o "trabalho alienado pode ser substituído pelo trabalho consciente e criativo, que propicia a realização humana plena" (Cattani, 2003, p. 10).

Ao transformar os trabalhadores em proprietários coletivos dos meios de produção, a economia solidária consegue avançar no processo de democratização das relações de trabalho e da propriedade, possibilitando novas formas de relações sociais. Enquanto a lógica do capital socializa a produção, mas não distribui equitativamente os bens dessa produção, a lógica da

economia solidária centra-se no trabalhador e não no capital, pretendendo, assim, edificar um modo de produção fundamentado na solidariedade.

Nessa perspectiva, o econômico não constitui um fim em si mesmo, mas um meio para o estabelecimento de relações sociais solidárias para a comunidade, estendendo os laços de apoio e ajuda mútua para outros empreendimentos solidários e comunidades de um território.

Há o reconhecimento de que o desenvolvimento da economia solidária é debilitado devido ao grande número de suas unidades que atuam isoladamente em mercados dominados por empresas capitalistas, com pouco ou nenhum acesso a crédito e a redes de comercialização e assessoria tecnológica (Singer, 2003), o que faz com que alguns empreendimentos econômicos solidários acabem por adotar posturas semelhante às do capital para sobreviver, tais como a hierarquização de trabalhadores e a contratação de empregados não associados. Todavia, não se pode negar que os empreendimentos regidos pela economia solidária, ao proporem alterações positivas na qualidade das condições e nas relações de trabalho, acabam convertendo-se em experiências nomeadamente educativas (Souza, 2003, p. 10).

Dessa forma, o caráter emancipatório da economia solidária reside na possibilidade inaugurada por essa nova forma de organizar a produção na reinvenção de espaços sociais, na democratização das relações de trabalho, na ressignificação da esfera política e das práticas produtivas e de negociação e no reconhecimento social. Assim, apesar do pouco peso econômico que os empreendimentos econômico-solidários possuem, é grande o significado cultural que apontam para um paradigma avesso à lógica capitalista, porque coletivista e solidário.

A Política Nacional de Economia Solidária sob o olhar de gênero

Para os fins deste estudo, a política de economia solidária foi dividida em duas grandes áreas: i) desenvolvimento da política de economia solidária; e ii) formação/qualificação e fomento às ações do campo da Economia Solidária. Essa divisão possibilita uma melhor compreensão do desenho da referida política, em como da analise proposta por este estudo.

Desenvolvimento da política de economia solidária[3]

O Programa Economia Solidária em Desenvolvimento está alocado no *megaobjetivo*: "crescimento com geração de trabalho, emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades sociais", constante no *desafio*: "ampliar a oferta de postos de trabalho, promover a informação e a formação profissional e regular o mercado de trabalho, com ênfase na redução da informalidade" do PPA 2004-2007.[4] Tendo por objetivo promover o fortalecimento e a divulgação da economia solidária, mediante políticas integradas, visando à geração de trabalho e renda, à inclusão social e à promoção do desenvolvimento justo e solidário, o enfoque de gênero somente pode ser percebido, de modo incipiente, na descrição do público-alvo: "trabalhadores(as) em risco de desemprego, desempregados e autônomos, cooperativas, empresas autogestionárias, associações, agências de fomento da economia solidária e fóruns municipais e regionais de desenvolvimento". Mais elucidativo é o fato de

[3] A análise sob o olhar de gênero centrar-se-á no PPA 2004-2007, no texto-base, nos Anais da 1ª Conferência Nacional de Economia Solidária, no Sistema de Informações de Economia Solidária. A análise do desenho do Programa que implementa a Política Nacional de Economia Solidária no Plano Plurianual 2004-2007.

[4] Os Planos Plurianuais têm importância fundamental na análise das políticas públicas brasileiras, pois são eles que concretizam as políticas, estabelecem as prioridades, alocam recursos e proveem os meios para atender às necessidades econômicas e sociais da população. Os PPAs refletem, então, a 'distância' ou a 'proximidade' entre a intenção e a ação no âmbito das políticas públicas. Assim, os programas e ações do PPA traduzem o tamanho da vontade política do governo de levar adiante medidas efetivas de combate às desigualdades sociais, especialmente as baseadas no gênero.

os indicadores do Programa não trazerem a preocupação de mensurar os impactos diferenciados por sexo, ou mesmo algum índice específico voltado para a questão de gênero. Analisando-se também as revisões anuais pelas quais o PPA passou, verifica-se que tal cenário não se modificou.

Nesse sentido, cabe mencionar a recomendação da Plataforma de Beijing sobre essa questão:

> Os governos devem revisar periodicamente as políticas, os programas e os projetos nacionais, assim como sua implementação, avaliando a repercussão das políticas de emprego e de renda, a fim de garantir que as mulheres sejam as beneficiárias diretas do desenvolvimento e que toda a sua contribuição ao desenvolvimento, tanto remunerada como não remunerada, seja levada em conta na política e planejamento econômicos. (Conferência..., 1996, p. 89).

No cenário desenhado acima, apreende-se que o desenho do Programa Economia Solidária em Desenvolvimento, do PPA 2004-2007, pouco avança na incorporação da perspectiva de gênero, para além de considerar, na grafia do público-alvo, a existência de dois sexos, ou seja, de usar a linguagem inclusiva ou acessível a gênero. Todavia, tal fato merece destaque, uma vez que, em nosso cotidiano, é visível a exclusão das mulheres por meio da linguagem. Sobre esse aspecto afirma Bandeira (2005, p. 8):

> O uso do universal masculino como referência genérica acaba associando tudo o que aconteceu e o que acontece com os seres humanos como sendo realizações masculinas exclusivas. Isso traz à tona representações sociais que colocam o homem como regra e exemplo, tornando inviáveis as demais contribuições, outros feitos, outras necessidades ou outras imagens (...). A disseminação de uma linguagem exclusivista é naturalizada e incorporada também nas estruturas socioinstitucionais e jurídicas. Tais situações de poder em relação ao referente masculino fazem-se presentes no planejamento das políticas e das ações políticas.

Nessa direção, pode ser interpretado como avanço o fato do Programa Economia Solidária em Desenvolvimento ter endereçado seu público-alvo às mulheres, tornando-se, assim, um dos poucos programas do PPA 2004-2007 que tiveram essa preocupação, conforme aponta pesquisa realizada por Bandeira (2005).

Todavia, a equipe da Senaes, ou seja, a equipe responsável pela implementação desse Programa, não reflete essa preocupação com a representatividade feminina. Dos 28 cargos que atualmente compõe a Secretaria, 15 são ocupados por mulheres, mas, apesar de serem maioria, não há nenhuma mulher em cargos de tomada de decisão. Todo o escalão que pode ser denominado de lócus de tomada de decisão: Gabinete, Diretorias ou Coordenadorias são ocupados por homens. As mulheres encontram-se, assim, confinadas nas funções de assessoria[5] (duas), assessoria técnica (seis) e nas funções de secretárias e assistentes administrativas (sete).[6]

Ao comentar essa composição, um dos diretores da Senaes pondera:

> Eu diria que não foi um elemento, não foi um critério considerado fundamental. Isso nunca foi um critério considerado pela equipe, pela direção da Secretaria. Isso não significa que não tenhamos no Movimento, ou no próprio poder público, mulheres com capacidade de ser Secretárias.

Assim, a ocupação de cargos de decisão pelas mulheres, embora não assegure a realização das mudanças nas desigualdades de gênero, torna-se indispensável para que as mudanças ocorram.

---

[5] Assessoria ao Gabinete e Assessoria Jurídica.

[6] A composição da estrutura funcional da Senaes corrobora o levantamento do Conselho Nacional de Direitos da Mulher, realizado em 2001, quando constatou que, apesar da participação feminina representar cerca de 44% dos servidores públicos, apenas 13% desse total ocupavam cargos de decisão. A persistência da cultura patriarcal, que associa os homens aos espaços públicos e aos lugares de poder, pode ser uma das explicações dessa desproporcionalidade, uma vez que as mulheres estão tão bem ou mais qualificadas que os homens, conforme dados sobre escolaridade apontados anteriormente.

Soma-se a isso o fato de que a garantia da proporcionalidade nos cargos de decisão entre mulheres e homens constitui um dos principais elementos da democracia (Conferência...,1996).

Ainda sobre a proporcionalidade entre mulheres e homens no campo da economia solidária, importante ressaltar o mapeamento das iniciativas no campo da economia solidária, realizado em 2005. Esse mapeamento constituiu o primeiro passo para a implantação do Sistema de Informações em Economia Solidária (Sies) – sistema de identificação e registro de informações dos empreendimentos econômicos solidários e das entidades de apoio, assessoria e fomento à economia solidária no Brasil. Foram mapeadas, nesse processo, organizações solidárias (cooperativas, associações, empresas de autogestão, grupos solidários, redes solidárias, clubes de troca, et.) que desenvolvem atividades econômicas (produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, comércio justo e consumo solidário).[7]

As principais atividades econômicas dos empreendimentos mapeados encontram-se nas áreas de agricultura, pecuária, pesca e extrativismo, prestação de serviços, alimentos, têxtil, artesanatos, indústria de transformação, coleta e reciclagem. O mapeamento ainda identificou como uma das principais motivações para a criação dos empreendimentos a busca de uma alternativa ao desemprego, a obtenção de maiores ganhos em um empreendimento associativo e a constituição uma fonte complementar de renda para os associados.

O mapeamento apontou que, ao contrário do que se imaginava, as mulheres eram minoritárias, somando 36% das participantes[8] dos 14.954 empreendimentos econômicos solidários

[7] Os critérios de inclusão no mapeamento estabeleciam que as organizações coletivas de trabalhadores dedicadas à produção, comercialização, serviços, crédito ou consumo, informais ou com registro legal, cujas atividades tivessem por características serem organizações de natureza econômica, permanentes, suprafamiliares, formadas e dirigidas por trabalhadores, com gestão coletiva das atividades e presença minoritária de trabalhadores não-sócios.

[8] Esse número é a média entre as mulheres inseridas nos empreendimentos da área rural (33,7%), da área urbana (47,4%) e das áreas urbana e rural (32%). Essa média varia de 41% a 29% entre as regiões.

identificados. Outro dado importante é o de que a participação feminina nesses empreendimentos é inversamente proporcional ao tamanho destes. Assim, as mulheres estão sobre-representadas nos empreendimentos com menos de 10 sócios (63%), ao passo que os homens são 60% nos empreendimentos com mais de 20 sócios e 66% naqueles onde há mais de 50 sócios, apesar do número de empreendimentos exclusivamente femininos ser mais numeroso (16%) do que os exclusivamente masculinos (11%). Há ainda a informação de que, nos 2.760 empreendimentos que possuem trabalhadores não-sócios (empregados), 62% desses trabalhadores são mulheres.

As demais questões levantadas pelo mapeamento não foram desagregadas por sexo. Assim, outras informações relevantes para o conhecimento da situação das mulheres no campo da economia solidária ficaram invisíveis. Por exemplo, não se dispõe de dados sobre os rendimentos das mulheres e em que áreas da economia solidária estão mais concentradas.

O cenário de inserção das mulheres no campo da economia solidária desenhado pelo mapeamento evidencia uma inserção marginal das mulheres na esfera de produção solidária, como o que ocorre na esfera de produção tradicional – mercado formal e informal. Ou seja, as mulheres estão em situação minoritária, sobre-representadas nos menores empreendimentos e na condição de não-sócias. De tais dados pode-se inferir que auferem menores rendimentos e possuem menos chances de acessarem direitos sociais se comparadas com os demais trabalhadores inseridos em empreendimentos econômicos solidários, ou seja, acabam vivenciando problemas similares aos que enfrentam no mercado tradicional.

Sobre a constatação de que as mulheres enfrentam no campo da economia solidária obstáculos similares aos do mercado tradicional, um dirigente da Senaes afirma:

> De modo geral, a economia solidária, em determinados aspectos, reproduz algumas características da sociedade e eu diria que isso não é voluntário. Não que a economia solidária reproduza isso ou que seja simplesmente um espelho da sociedade. Como as mulheres foram marginalizadas durante muito tempo, tiveram mais dificuldades de acessar o mercado de trabalho do que os homens, os empreendimentos que se constituem de mulheres são compostos por aquelas que nunca tiveram acesso ao mercado de trabalho e elas vão desenvolver habilidades que não são tão valorizadas pela sociedade.

Diante desse cenário, no qual as mulheres ainda são minoritárias, embora a explicação da subnotificação seja aceita, bem como o fato delas permanecerem concentradas nos pequenos empreendimentos, com os menores rendimentos, e levando-se ainda em considerando as explicações do representante da Senaes, indagou-se como tais dados estavam sendo interpretados e se encontravam tradução nas ações e políticas implementadas a partir de então para enfrentar essa situação das mulheres na economia solidária.

A ponderação do interlocutor da Senaes sobre essa questão centrou-se na afirmativa de que a Secretaria não implementava ações diferenciadas destinadas às mulheres, ressaltando, todavia, que a questão de gênero é enfatizada nos editais de projetos e nas ações de formação em economia solidária, de maneira que não há políticas especificamente voltadas para homens ou para mulheres. Ao contrário, pensa que, no campo da economia solidária, há uma complementaridade das atividades desenvolvidas predominantemente por mulheres com aquelas desenvolvidas pelos homens.

Diante de tal explicação pode-se inferir que há certa naturalização das atividades tipicamente efetuadas por mulheres, ao mesmo tempo em que há uma isenção da Senaes na aplicação direta da perspectiva de gênero nas ações da política de economia solidária, cabendo aos empreendimentos se ocuparem disso

diretamente mediante reflexão sobre os temas e questionamentos construídos durante os processos formativos.

Nota-se, ainda, uma confusão no entendimento do que seriam políticas para mulheres e políticas de gênero. Enquanto as políticas públicas para as mulheres têm por foco o papel feminino, o da reprodução social, as políticas de gênero são aquelas que consideram a socialização diferenciada entre mulheres e homens que repercute nas relações individual e coletiva. A questão indagava sobre as ações desenvolvidas sob o enfoque de gênero e não se há ações específicas voltadas para as mulheres sendo implementadas pela política de economia solidária, em especial após os dados apontados pelo Sies. Sobre a necessidade da abordagem de gênero nas políticas da área do trabalho, a Conferência Mundial sobre a Mulher (1996, p. 16) aponta que é preciso:

> Analisar, a partir de uma perspectiva de gênero, as políticas e os programas relativos ao emprego, os mercados e todos os setores pertinentes da economia, com relação aos seus efeitos na pobreza, na desigualdade, e particularmente na mulher; avaliar as repercussões dessas políticas e programas no bem-estar e nas condições de vida da família e ajustá-los, conforme convenha, para estimular uma distribuição mais equitativa dos bens de produção, patrimônio, oportunidades, rendas e serviços.

Já a análise da I Conferência Nacional de Economia Solidária sob o enfoque de gênero permite afirmar que há certa introdução, ainda incipiente, da temática nas discussões realizadas, embora predomine a denominada "cegueira de gênero" em várias questões importantes para a efetiva transversalização do enfoque de gênero, como, por exemplo, no que refere à saúde do trabalhador, ao acesso ao crédito, etc. Assim, a promoção da equidade de gênero está focada na preocupação com o uso de linguagem inclusiva, em algumas ações de formação em economia solidária, ou restrito a uma ação específica de um projeto desenvolvido

A análise das ações focadas no desenvolvimento da política nacional de economia solidária, sob a perspectiva de

gênero, demonstra certa preocupação com o uso de linguagem inclusiva, todavia essa preocupação em não excluir as mulheres, de certo modo, no sentido simbólico, não encontra ressonância em outras ações com impacto mais efetivo na condição de vida das mulheres inseridas no campo da economia solidária. Não há, e não constitui prerrogativa para tal, mulheres ocupando cargos de tomada de decisão na Senaes. Da mesma maneira, o fato de que as mulheres são minoria e estão inseridas marginalmente na economia solidária, como atesta o Sies, não se traduz em qualquer medida que redirecione as políticas implementadas a fim de se alcançar a equidade de gênero. Nessa direção, chama a atenção o fato da parceria com a SPM aparecer somente no discurso, mas não efetivamente nas ações implementadas. Mesmo a Conferência não conseguiu avançar muito no desenho de ferramentas e estratégias para a equidade de gênero. Ou seja, as ações classificadas como de desenvolvimento da política nacional de economia solidária não incorporam efetivamente a transversalidade de gênero em suas ações.

Formação/qualificação e fomento às ações do campo da economia solidária[9]

As ações relativas à educação e qualificação profissional são elencadas como prioridade da política nacional de economia solidária, devido à sua potencialidade no fortalecimento da economia solidária. Outra expressiva linha de atuação da Senaes

[9] Para apreendermos como a perspectiva de gênero está contemplada nas ações de formação/qualificação em economia solidária, utilizamos o Termo de Referência em Economia Solidária do Plano Nacional de Qualificação do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o relatório da 1ª Oficina Nacional de Formação/Educação em Economia Solidária, o material utilizado em diversas capacitações promovidas pela Senaes, entre outros documentos. Já no que se refere às atividades de fomento para iniciativas de economia solidária, fez-se uso, especialmente, do Relatório de Acompanhamento do Proninc, dos relatórios dos Agentes Sociais e Solidários do Programa de Promoção do Desenvolvimento Local e Economia Solidária, das publicações e documentos do Projeto de Apoio a Empresas Recuperadas pelos Trabalhadores em Autogestão. Já para perceber como a perspectiva de gênero está contemplada nas ações de fomento no campo da economia solidária utilizamos documentos sobre o Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas (Proninc), o Projeto de Promoção do Desenvolvimento Local e Economia Solidária (PPDLES) e o Projeto de Recuperação de Empresas pelos Trabalhadores em Autogestão.

são as ações de fomento a iniciativas no campo da economia solidária.

Os dados apresentados por suas ações nesses campos de atuação são similares ao do ponto discutido anteriormente, ou seja, a ausência do enfoque de gênero manifesta-se prática e teoricamente no desenvolvimento da política através de suas ações finalísticas, seja de formação, seja de fomento às ações do campo da economia solidária, pois demonstram certa timidez nas respostas às desigualdades de gênero presentes nesse campo.

Sob a perspectiva de gênero, a análise das ações formativas em economia solidária, constantes na política nacional de economia solidária mostra um campo ainda promissor para a inserção de gênero. Ainda não há a hegemonia desse espaço como lócus privilegiado da inserção de gênero na economia solidária. Há ainda espaços a serem ocupados, conforme pontua a Plataforma de Beijing. Ou seja, há espaços nos quais o enfoque de gênero é abarcado, já em outros é desconsiderado, quando não exposto de forma a reproduzir o *status quo* das mulheres, ou seja, em ocupações tradicionais e de menor *status* social.

Exemplificando tal afirmação, aferiu-se a ausência de ferramentas de monitoramento da aplicação dos Termos de Referência que incorporam conteúdos formativos referentes à questão de gênero e de mensuração/monitoramento do conteúdo de gênero aplicado nas ações formativas. Quanto à preocupação com o uso de linguagem inclusiva, o material utilizado na capacitação dos Agentes de Desenvolvimento e os itens referentes à inserção de gênero no eixo "educação" da Plataforma da Economia Solidária do FBES constituem grandes avanços.

No que se refere às ações de fomento, temos que o Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas (Proninc), mesmo possuindo informações que mostram os gargalos a serem enfrentados para a redução das desigualdades de gênero em seu campo de atuação, não esboça estratégias para supe-

rá-los. O mesmo se pode afirmar a respeito do Projeto de Apoio à Recuperação de Empresas pelos Trabalhadores em Autogestão, onde, por ocuparem áreas denominadas como "masculinas", prevalece o "perdão" para a não inserção da questão de gênero. As empresas recuperadas não são encaradas como espaços que precisam ser transformados pelo valor da equidade de gênero – que é um dos princípios da economia solidária –, simplesmente por serem espaços historicamente e tradicionalmente ocupados por homens. Já o Projeto de Promoção do Desenvolvimento Local e Economia Solidária (PPDLES) mostra-se como uma boa experiência de diagnóstico do campo da economia solidária para a inserção da perspectiva de gênero. Assim, se ao tratar as mulheres como um segmento e não transversalizar o atendimento a todas as mulheres dos outros segmentos elencados – jovens, quilombolas etc., esse projeto pode ser caracterizado muito mais como uma política para mulheres do que uma política com a perspectiva de gênero, mas, mesmo com essa característica, o PPDLES consegue traçar um importante diagnóstico das mulheres inseridas no campo da economia solidária, suas demandas, vulnerabilidades, potencialidades e caminhos a serem seguidos para a transversalização de gênero nas ações de formação e fomento da política nacional de economia solidária.

A análise desse rol de ações da política nacional de economia solidária permite inferir que há a predominância da preocupação da não-exclusão, ante a inclusão das mulheres propriamente dita no campo da economia solidária. Sinal disso são os discursos dos gestores da política que, ao ressaltarem o fato da equidade de gênero constituir um dos princípios da economia solidária e isso se refletir nas orientações e documentos produzidos pela Senaes, consideram esse fato como algo satisfatório. Por isso há a predominância do uso da linguagem inclusiva e de termos como "promoção da igualdade de gênero" ou "combate às desigualdades de gênero", mas não se percebe uma movimentação rumo a ações efetivas com locação de recursos, ou seja, há uma

ausência generalizada de instrumentos e estratégias capazes de transversalizar a questão de gênero em todas as dimensões da política de economia solidária.

Considerações finais

A categoria gênero, em que pese seus distintos usos, tem proporcionado um maior espaço de reconhecimento das desigualdades estruturais que afetam distintamente mulheres e homens, contribuindo para inscrever no campo das políticas públicas a pertinência da utilização desse termo e da importância do tema. A adoção do enfoque de gênero nas políticas públicas é um dos grandes desafios dos movimentos feministas e de mulheres, bem como de agentes governamentais empenhados na construção de pilares sólidos para a cidadania e a democracia, fundamentais para a construção de um país mais justo.

O que se observa é que a maioria dos modelos governamentais de planejamento em vigor tende a reproduzir metodologias de implantação e monitoramento de políticas públicas que desconsideram a condição diferenciada e, muitas vezes, desigual, entre mulheres e homens, ou seja, os mecanismos e estratégias de planejamento de políticas não incluem ou especificam a diversidade dos grupos sociais, fato que dificulta ou até mesmo impossibilita a análise que tenha por finalidade aferir ou mensurar o impacto das políticas implementadas sob a perspectiva de gênero.

As questões que se impõem são: como implementar políticas públicas que promovam a superação das desigualdades, se os aparatos estatais não conseguem produzir informações a respeito dos impactos diferenciados na vida de mulheres e homens? E, sendo o enfoque de gênero uma inovação na gestão governamental, não é natural faltar a destreza e o conhecimento requeridos para ajustar a concepção dos programas à perspectiva de gênero, bem como enfrentar resistências por parte dos gestores de políticas à adoção de tal perspectiva?

No contexto atual de crise da sociedade do trabalho, cujo efeito mais imediato e visível se expressa no aumento do desemprego e da informalidade, o reconhecimento estatal das ações e experiências existentes no campo da economia solidária, cujo espaço social alcançou novos patamares paralelamente ao aprofundamento da crise da década de 1990, projeta-se como tentativa de recompor a centralidade do trabalho em tempos de grande precarização. Nessa perspectiva, também se destaca a potencialidade de a economia solidária, dentre as três atuações humanas fundamentais, segundo Arendt (2005) – labor, trabalho e ação, – instituir a ação como foco central, pois, as(os) trabalhadoras(es) participam politicamente no espaço social onde se labora ou trabalha. A ação se realiza entre as pessoas sem a mediação de objetos, que torna os sujeitos visíveis na sua diferença e possibilita o reconhecimento das particularidades no âmbito da pluralidade social.

De todo modo, a criação de uma Política Nacional de Economia Solidária constitui área privilegiada de enfoque de gênero, seja porque a maior parcela populacional historicamente relegadas às ocupações mais precarizadas é a feminina, seja porque a economia solidária cultiva como princípio a equidade de gênero, entre outros valores que tentam responder às mazelas oriundas do capitalismo, tais como, a competitividade entre os trabalhadores, a destruição do meio ambiente, a concentração de riquezas, entre outras.

Por atingir essa grande parcela de mulheres que estão no mercado de trabalho e por levantar a bandeira pró-equidade de gênero, pode-se afirmar que a economia solidária é feminina? Entendendo o qualificador "feminina" como o reconhecimento de um espaço onde as desigualdades de gênero são reconhecidas e esforços no sentido de erradicá-la são efetuados, pode-se afirmar que a Política Nacional de Economia Solidária tem abarcado o enfoque de gênero em suas ações, de modo a efetivar o princípio da equidade de gênero?

Adotando como parâmetros as recomendações da Plataforma de Beijing e as ações do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, a análise sob o enfoque de gênero da Política Nacional de Economia Solidária, a partir dos documentos norteadores da Política e entrevistas com representantes da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), demonstrou a preocupação com a não-exclusão das mulheres, muitas vezes expressa no sentido simbólico, na utilização de linguagem inclusiva e na adoção de termos pró-gênero, tais como "respeitando a questão de gênero", que são fatores importantes na adoção do enfoque de gênero. Mas registra-se uma ausência sistemática de ações com impacto efetivo na transformação dos lugares sociais ocupados pelas mulheres no campo da economia solidária, ou seja, observa-se uma lacuna no que se refere, especificamente, à preocupação com a efetiva inclusão das mulheres.

Assim, chama a atenção a ausência de mulheres nos cargos de tomada de decisão na estrutura da Senaes e a baixa articulação dessa Secretaria com o órgão responsável da instância federal pela transversalidade de gênero – a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Também é relevante que, mesmo após o Sies e o processo avaliativo do Proninc terem constatado que as mulheres são minoritárias e estão inseridas marginalmente no campo da economia solidária, esse fato não tenha provocado a mobilização da Senaes para construir estratégias visando superar tais desigualdades. Ao contrário, em alguns materiais de formação em economia solidária se reproduz a naturalização das mulheres em ocupações tradicionalmente atribuídas ao feminino.

A Política de Economia Solidária avança na perspectiva de gênero no que se refere às ações formativas em economia solidária. Predomina a preocupação de que os materiais didático-pedagógicos e demais documentos referentes à formação em economia solidária reflitam os princípios enunciados pela economia solidária. Nessa mesma direção, destaca-se o Projeto de Promoção do Desenvolvimento Local e Economia Solidária que, apesar

de adotar como suposto a transversalidade de gênero, avança muito ao instituir Agentes de Desenvolvimento Solidário para o segmento mulheres, pois consegue elaborar um preciso diagnóstico de demandas, vulnerabilidades, potencialidades e caminhos para transversalizar a questão de gênero de forma efetiva.

Assim, a Política Nacional de Economia Solidária avança na abordagem da questão de gênero, todavia um longo caminho ainda tem de ser percorrido para, de fato, concretizar o princípio da equidade de gênero enunciado pela economia solidária. Para tal é preciso traçar estratégias e elaborar instrumentos capazes de viabilizar a transversalização da perspectiva de gênero em todas as esferas da política, bem como mecanismos de mensuração dos impactos diferenciados por sexo, ressaltando que é necessário que o olhar de gênero esteja presente em todos os momentos que envolvem uma política pública.

Com esse cenário em mente, reivindica-se a negação do enfoque de gênero como um indicador neutro da modernidade, do desenvolvimento. Ao contrário, é imprescindível que esse paradigma de gestão governamental seja visto como um terreno minado de relações desiguais de poder entre mulheres e homens, e que o Estado, ao adotar a perspectiva de gênero, aja no empoderamento das mulheres, senão a palavra gênero poderá transformar-se em mais um mero termo no vocabulário técnico de planejamento. Assim, a igualdade real entre mulheres e homens exigirá mais do que inserções, às vezes aleatórias ou simplesmente "politicamente corretas", nos documentos produzidos pelas diversas instâncias sociais.

Ambiciona-se, dessa forma, que a economia solidária seja feminina, no sentido "feminista" do termo, ou seja, que seja considerada feminina, não por abarcar um maior número de mulheres do que homens, ou por valorizar o "cuidar", tão aclamado como atributo feminino, mas por garantir que o principio da equidade seja de fato concretizado, de modo a negar o padrão

capitalista que subjuga e desvaloriza o trabalho humano, em especial o trabalho feminino. Um olhar sensível no âmbito das políticas do trabalho é essencial para se demolir um dos grandes pilares das desigualdades sociais no Brasil, que é a desigualdade de gênero.

Referências

ANDRADE, Priscilla Maia de. *A Economia Solidária é feminina?* Análise da Política Nacional de Economia Solidária sob a perspectiva de gênero. 2007. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade de Brasília, 2007.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho:* ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 7. ed. São Paulo: Boitempo, 2003.

ARENDT, Hannah. *A condição humana.* 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

BANDEIRA, Lourdes; MELO, Hildete Pereira. *A pobreza e as políticas de gênero no Brasil.* Santiago de Chile: Cepal, 2005. (Série Mujer e Desarrollo, n. 66).

BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE). *Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005.* Brasília: MTE/Senaes, 2006.

CARLOTO, Cássia Maria. O conceito de gênero e sua importância para a análise das relações Sociais. *Serviço Social em Revista* [on line], v. 3, n. 2, jan./jun. 2001. Disponível em: <www.ssrevista.uel.br/c_v3n2_genero.htm>.

CATTANI, Antônio David (Org.) *A outra economia.* Porto Alegre: Veraz, 2003.

CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE A MULHER, 4., Beijing, China, 1995. *Relatório...* Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996.

COSTA, Delaine Martins. *A gramática do orçamento a partir das perspectivas de gênero e raça: considerações preliminares.* Trabalho apresentado no VIII Congresso Internacional del Clad sobre la reforma del Estado y de la Administración Pública. Painel: A reforma do Estado e da

Administração Pública sob a ótica do desenvolvimento local: novos temas para discussão? Panamá, 2003.

ELSON, Diane. Gender responsive budget initiatives: key dimensions and practical examples [Iniciativas de orçamentos sensíveis a gênero: dimensões chave e exemplos práticos]. In: JUDD, Karen (Ed.). Gender Budget Initiatives, Strategies, Concepts and Experiences. UNIFEM, IDRC, Commonwealth Secretariat, New York, 2002. p. 15-29

FARIA, Maurício Sardá. *Autogestão, cooperativa, economia solidária:* avatares do trabalho e do capital. Tese (Doutorado em Sociologia Política] – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

HARDING, Sandra. *Ciência y feminismo.* Madrid: Morata, 1996.

MACHADO, Lia Zanotta. *Perspectivas em confronto:* relações de gênero ou patriarcado contemporâneo? Brasília: Departamento de Antropologia, UnB, 2000. (Série Antropológica, n. 284).

MARX, Karl. *O capital*: crítica de economia política. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã.* São Paulo: Martins Fontes, 2002.

PINHEIRO, Luana; FOUTOURA, Natália; PRATA, Ana Carolina; e SOARES, Vera. Brasil – Retrato das Desigualdades: Gênero e Raça. Brasília: Ipea-Unifem, 2006.

PNAD. Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios: síntese de indicadores 2005/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro: Ibge, 2006.

SAFFIOTI, Heleieth. Rearticulando gênero e classe Social. In: COSTA, Albertina; BRUSCHINI, Cristina (Orgs.). *Uma questão de gênero.* São Paulo: Rosa dos Tempos, 1992.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Revista Educação e Realidade,* Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1990.

SHAPIRO, Judith. La Antropologia y el estudio do género. In: CENTRO INTERDISCIPLINARIO DE ESTUDIOS DE LA MUJER

(Org). *O género y la ciencia.* San José: Universidad Nacional de Costa Rica, 1989.

SILVA, Maria Lúcia Lopes. *Mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação de rua no Brasil 1995-2005.* Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade de Brasília, 2006.

SINGER, Paul. A SENAES no Ministério do Trabalho e Emprego. [s./d.]. [Não publicado].

SOUZA, André Ricardo. Um instantâneo da Economia Solidária no Brasil. In: SINGER, P.; SOUZA, A. R. *A Economia Solidária no Brasil:* a autogestão como resposta ao desemprego. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

SUARÉZ, Mireya. Gênero: uma palavra para deconstruir idéias e um conceito empírico e analítico. Trabalho apresentado no I Encontro de Intercâmbio de Experiências do Fundo de Gênero no Brasil. Projeto Fundo para a Igualdade de Gênero. Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional. Campinas, 1999.

WEBER, Max. *Economia y sociedad.* México: Fondo de Cultura Económica, 1964.

Submetido em 15 de setembro de 2008 e aceito em 15 outubro de 2008